

## *Lapas da Peneda*

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho<sup>1</sup>

### Preâmbulo

Na serra da Peneda, elemento integrante dos Montes Laboreiro<sup>2</sup>, independentemente, de todo o acidentado de relevo, que lhe impõe um movimento vigoroso e peculiar, qualquer caminheiro que, aleatoriamente, suba as vertentes e atinja as cabeceiras das linhas de água, vê-se confrontado com a evidência de imponentes superfícies aplanadas, as *chãs*<sup>3</sup>, a altitudes variadas, como as dos cimos dos interflúvios, ou, as que se dispõem pelas vertentes, de acordo com o respectivo declive, a par dos imponentes blocos de granito, que proliferam em quantidade.

Apesar dos testemunhos megalíticos e povoados castrejos encontrados, esta unidade geomorfológica constituiria um vasto território rarefeito, progressivamente ocupado a partir da Reconquista, em função da consolidação e proliferação das novas freguesias, que, embora sem limites bem definidos, enquadravam as populações fixadas, sobretudo, nos patamares cuja cota não ultrapassa os 500 a 600 metros, como que a envolver o núcleo central do maciço.

Pelas Fontes que conseguimos encontrar, nomeadamente, pela leitura das *Inquirições de 1258*, somos de opinião que a importância económica e social da Peneda foi entregue ao homem do Soajo, por real tributo, o da Montaria Real, privilégio que, ainda hoje, os moradores seniores conservam memória<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Universidade do Minho, Departamento de Geografia, e-mail: elza@geografia.uminho.pt.

<sup>2</sup> Montes Laboreiro, complexo montanhoso que se desenvolverá desde Celanova, província de Orense, até às proximidades do rio Vez, na actual freguesia de Sistelo. Pintor, Pe M. A. Bernardo, “O Reencontro do Vez. Onde foi?” in Revista *Independência, Separata N<sup>o</sup>s 17 e 18*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pp. 29-30.

<sup>3</sup> Superfícies de erosão, que se desenvolvem a cotas, respectivamente, de 150-200, 400-500, 600-800, 700-1000 e 1100-1300 metros. Coudé-Gaussen, Geneviève (1981), *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 23.

<sup>4</sup> Esta regalia permitia-lhes, por exemplo, organizar caçadas, dando ao senhor real as espáduas e as mãos, respectivamente dos porcos grandes e ursos, que matassem. Além disso, nada pagavam por caçar nas sete semanas antes do entrudo e nas três primeiras semanas da quaresma, ou seja, durante quase dois meses e meio, desde o fim do Inverno a princípios da Primavera, curiosamente, a época da multiplicação das gerações. Esta isenção de tributo, no período da procriação, mais do que contribuir para o aumento do rendimento das famílias, permitiria que a gente da aldeia não fosse levada a caçar em tempo impróprio, com prejuízo para as reservas de caça e o consequente desequilíbrio ecológico. A caça tinha como importante complemento a recolha de mel e cera, provavelmente, silvestre. Ao soajeiro era exigido responder à convocação do rei, quando ultrapassava, para Norte, o rio Douro e pretendia participar em caçadas. Levaria, então, as suas lanças, cornos e cães, mas, em contrapartida, seria alimentado pelo rei. Mattoso, José (1987), “A caça no Soajo” in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 206-207.

A organização da extensa área serrana e respectivo aproveitamento agro-pastoril e cinegético pelos habitantes do Soajo sob responsabilidade máxima do monteiro-mor, prolongou-se no tempo<sup>5</sup>, precisamente, pelo séc. XVI<sup>6</sup>, com o *Numeramento de 1527-1532* a mencionar o Soajo *Terra de Montaria*<sup>7</sup>, regalia que se mantinha no século XVIII<sup>8</sup> o que, talvez, justifique o facto de, em pleno século XX, apenas o soajeiro poder convocar os habitantes das freguesias limítrofes, para, em conjunto, organizarem e efectuarem as batidas ao lobo, que dizimava os gados e, actualmente, proibidas.

Se para o soajeiro a arte de caçar lhe proporcionava um conjunto de privilégios reais, pois o Soajo era cabeça de sua Montaria, a caça correspondia, como para todas as populações da *serra*, a uma fonte importante na respectiva subsistência, articulando-se, muito provavelmente, com uma pecuária dependente das pastagens “altas” de Verão.

Ora, espaços amplos eram necessários para serem, meticulosamente percorridos, em busca dos melhores exemplares de caça, dos melhores prados espontâneos para a *fazenda*<sup>9</sup> e das rechãs, com superfície agrícola útil que, apesar das dimensões reduzidas, permitiam mais um espaço de cultura, independentemente da distância ao lugar em que se residisse.

Contudo, o que distinguiu a vida pastoril, nomeadamente, o pastoreio dos bovinos, foram os modos engenhosos e variados de aproveitamento da *serra*, isto é, das áreas acima dos limites da povoação e respectivas manchas agrícolas, que apresentando pastos mais verdejantes, porque a humidade é maior, justificavam, nos meses de Verão, a *subida* dos animais, a mais de 1000 metros, frequentemente acompanhados pelo pastor, contrastando com a actualidade, em que o gado, isolado ou em manada, como que de modo errante, deambula em busca da lande<sup>10</sup> mais viçosa.

---

<sup>5</sup> Referências ao Soajo e, logicamente, aos deveres e direitos do soajeiro, foram confirmados pelos monarcas Dinis, Afonso III, Pedro I, João I e Manuel I com a atribuição do respectivo Foral, em 1514. Por curiosidade, evidenciamos a protecção concedida, por João I, perante os protestos que os soajeiros, por intermédio dos vereadores, procurador e concelho do julgado, apresentaram ao monarca contra fidalgos, que tinham comprado terras e herdades na região, e que por carta régia assinada, em Leiria, a 5 de Março de 1401, ordenou que esses fidalgos vendessem as terras além de ter proibido, a quem quer que fosse, apreender os cães de caça, *os sabujos*. Mattoso, José (1987), “A caça no Soajo” in *Fragments de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp.205-211. Pelas leituras que efectuámos, diremos que, se está perante uma longa época, em que o Soajo era um dos lugares eleitos pela nobreza e coroa, que se deslocavam, expressamente, para usufruírem, através das caçadas, os espaços áspers, mas majestosos, da Peneda e que se estendiam pela Amarela, com o suporte no castelo do Lindoso, continuando-se pela serra do Gerês.

<sup>6</sup> Pela carta de Foral concedida por Manuel, em 1514, pode-se inferir que os habitantes do Soajo continuavam isentos, praticamente, do pagamento de tributos ao Senhor Real, pois, ficariam apenas obrigados a contribuir com “(...) cinco sabujos feitos de monte sem outra njnhuma cousa (...)”, pois “(...) nam há hy montados nem manyinhos, por que he tudo dos moradores da terra Isentamente (...)”. “Foral da Terra do Soajo” in Dias, Luís Fernando de Carvalho (1969), *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, Conforme Exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

<sup>7</sup> “O comçelho e montarya de Soajo que he dellRey nosso Senhor nom tem castello nem vylla (...) e nom tem logar jumbo e vyvem per casaes apartados ...” Freire, A. Braancamp (1905), “Povoação de Entre Doiro e Minho no século XVI” in *Arquivo Historico Portuguez, Vol. III*, nºs 7 e 8, , Lisboa, p. 245.

<sup>8</sup> Costa, A. Carvalho da Costa (1868), *Corografia Portuguesa, Tomo I*, 2ª ed., Braga, pp. 229-230; 1ª edição, 1706.

<sup>9</sup> Designação que os habitantes atribuem, em geral, aos animais, nomeadamente, os bovinos, ovinos e caprinos.

<sup>10</sup> Formação rasteira em que predominam as urzes e as ericáceas, que cobrem em manchas o soco granítico. Goudé-Gaussen, Geneviève (1988), «Un faciès méridional au sein des «moyennes montagnes atlantiques»: les serras orientales du Minho» in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 211-212.

## 1. A exploração silvo-pastoril em comum

As comunidades da serra da Peneda isoladas e afastadas dos principais centros urbanos e de decisão, dispersas num território, que *a priori* lhes era hostil, organizaram-se de modo a gerir *per si* a maioria dos seus problemas, de forma autónoma e auto-gestionária sem, contudo, ter deixado de existir a propriedade privada e a iniciativa individual, atributos fundamentais das sociedades liberais<sup>11</sup>.

Assim, nas aldeias, além da exploração familiar com o título jurídico de privado, que inclui, predominantemente, as parcelas de cultivo e o edificado, coexiste a *montanha em comum*, isto é, o *monte*, as *terras do comum*, *incultos* ou *baldios*, pela simples razão de corresponder à melhor forma de se conseguir, em termos de rendimento, os resultados mais vantajosos. Se os *baldios* englobavam uma vasta área da aldeia, não passariam de uma reserva patrimonial da comunidade, a quem se reconhecia o direito de gerir directamente, através do *conselho* dos vizinhos, que eram, sempre, os residentes considerados mais idóneos.

*Baldios*, expressão que as populações associam, normalmente, à terra que a ninguém pertence, poderá ter origem germânica, no sentido que lhe davam os germânicos na sua fase nómada “espaço vital, livre à expansão das gentes”<sup>12</sup>. Os *baldios*<sup>13</sup> não estando individualmente apropriados, são “coisas comuns” em que não se pode incluir a exploração silvo-pastoril, de carácter privado, dos terrenos em comunhão”<sup>14</sup>. Pelo contrário, para as populações, a expressão *maninho* significa o que é improdutivo, por não servir para agricultar, como são os pastos e os montes, pelo que será o termo mais adequado para referenciar os terrenos sujeitos à exploração agro-pastoril em comum<sup>15</sup>.

À exploração em comum estão associados um conjunto de direitos, os de servidão, que não constam de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica, em face do direito português, por falta de forma legal. São mesmo incompatíveis com as leis civis e administrativas, como o compáscuo, as passagens por carreiros e sendas tortuosas e caminhos, o corte de lenhas e matos, a exploração e aproveitamento de mães de água.

Os direitos de servidão, parte integrante da exploração, estabelecidos sobre prédio alheio, em benefício dos terrenos da aldeia, isto é, os terrenos em comunhão, ao transmitirem-se segundo os *usos e costumes*, desde tempos imemoriais, constituem uma verdadeira *instituição*, a *instituição costumeira*<sup>16</sup>.

<sup>11</sup>Polonah, Luís (1990), “Espírito de Comunitarismo” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº 30, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, p. 66.

<sup>12</sup>Veloze, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

<sup>13</sup>Divergem as opiniões sobre o conceito de *baldio*. Como simples ilustração, limitámo-nos a mencionar as duas definições: “(...) em sentido rigoroso só são terrenos baldios aqueles que estão na propriedade comum particular de todos os moradores ou vizinhos de um determinado lugar, aldeia ou região, sendo por isso vedado a qualquer deles individualmente o aproveitamento particularizado de todo ou parte do terreno; trata-se de uma propriedade particular comum não personalizada (...)”. Castro, Armando (1963), “Baldios” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, p. 277. “(...) Aqueles terrenos que ficaram pertencendo aos moradores do termo e no seu domínio em comum, assim como os allodiaes no seu domínio em particular e que antigamente se explicaram pela palavra logradouros do povo (...)” Thomaz, Antonio de Villa Nova (1790), “Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da villa de Ourem” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Tomo II, Lisboa, p. 414.

<sup>14</sup>Veloze, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

<sup>15</sup>Veloze, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

<sup>16</sup>Veloze, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 11.

Desconhece-se a origem da exploração em comum, mas, estará associada a uma época longínqua, muito provavelmente, à pré-romana<sup>17</sup>. No entanto, sem pretendermos questionar a possível génese e evolução histórica<sup>18</sup>, a sua importância advirá da época da Reconquista e da conseqüente organização dos territórios da Peneda.

Atendendo às condições associadas ao alargamento gradual e à consolidação do País, o poder monárquico confrontou-se com a necessidade da concessão de forais, que, em muitos dos casos, se limitaram a confirmar um conjunto de direitos e deveres dos residentes em lugares considerados em posição estratégica, como eram a dos espaços de raia<sup>19</sup>, que abrangiam, naturalmente, o reconhecimento e a confirmação do direito à usufruição das vastas áreas de incultos, os terrenos de exploração comum.

Também o poder real e o senhor feudal, para se pagarem da protecção, que garantiam às populações debaixo da sua alçada, lançavam tributos, que revestiam a forma de *montádego*, ou, *montado* e, em muitos casos, de um simples *foro*, que pagava o concelho em conjunto, ou, os usufruidores dos terrenos para pastos<sup>20</sup>.

Além disso, tornou-se evidente em certos diplomas, que o Monarca e o Senhor impunham a obrigação de “consentir-se o aproveitamento por todos os moradores da povoação”<sup>21</sup>, mesmo que não se tratasse de herdeiros. Deste modo, desvinculava-se o terreno dos seus primeiros proprietários, ou, dos seus representantes, tendo, assim, muito provavelmente, surgido os primeiros *baldios*, no sentido que lhe é atribuído pelo povo, a terra a que ninguém pertence.

Mas, a primeira documentação específica que conseguimos encontrar e que retracta a importância económica das pastagens em comum, reporta-nos para o séc. XV, precisamente, quando Afonso V, na sua visita ao Minho, satisfaz a petição das populações, nomeadamente, as de Castro Laboreiro, ao permitir-lhes manter seculares costumes da fronteira livre, que incluíam o pastoreio comum dos gados, lusos e galegos, em *montes comuns*, que ignoravam a divisão política, ou, então, quando o mesmo monarca abriu excepções, como as conferidas aos monteiros do Soajo, traduzidas, por exemplo, na manutenção do compáscuo em montes galegos<sup>22</sup>.

<sup>17</sup>Sampaio, Alberto (1923), *As Vilas do Norte de Portugal*, Porto, p. 31.

<sup>18</sup>A organização do pastoreio comum, em terrenos de um grupo de particulares, será um “legado” da pastorícia castreja e autóctone praticada nos montes. As antigas populações castrejas resistiram nos cimos não só à ocupação romana, como às que lhes sucederam, nomeadamente, a sueva e a visigótica. Além disso, o movimento monástico de São Frutuoso de Braga (em pleno período visigótico), ao preconizar a reunião de famílias inteiras num agregado, cuja subsistência fazia depender do pastoreio comum à vez, nos terrenos desse mesmo agregado, não seria nada mais do que a reprodução do antigo aldeamento castrejo. A organização silvo-pastoril poder-se-á explicar, então, por um pacto similar, mas, estabelecido entre pequenos grupos de particulares, que conjugaram esforços, por motivos, meramente económicos, encontrando na silvo-pastorícia em comum a melhor forma de rentabilizarem a produção. Sistema que nada teria sido alterado com a ocupação árabe, ou melhor, a berbere, povos, que viviam, essencialmente da pastorícia e que respeitavam os costumes dos vencidos, como era a norma dos vencedores árabes. Velozo, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, pp. 20-21.

<sup>19</sup>A serra da Peneda, amplo espaço fronteiriço, desempenhou um papel fulcral nas contendas bélicas envolvidas na estabilização político-militar da fronteira luso-espanhola entre o Minho e o Lima.

<sup>20</sup>Velozo, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 3.

<sup>21</sup>Velozo, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, pp. 22-23.

<sup>22</sup>As dificuldades na utilização das pastagens do outro lado da fronteira, surgiram, em função das ordenações régias, que proibiam, simplesmente, a respectiva utilização. A esta medida régia, o monarca teve, por vezes, que recuar, criando excepções, como por exemplo, no caso do Soajo, quando Afonso V, em 1459, permitiu aos monteiros a venda do gado, na criação da Galiza, para, assim, conseguirem subsistir. “Chancelaria D. Afonso V, Livro 36, fl. 90” in Andrade, Amélia Aguiar; Krus, Luís (2001), *Valdevez Medieval, Documentos, II. 1300-1479*, nº 153, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, p. 210.

Contudo, grande foi a luta contra a exploração silvo-pastoril em comum, que, apesar de todas as vicissitudes, ainda persiste, pois teve a inspirá-la a premente necessidade económica das populações, uma vez que foi da complementaridade dos rendimentos oriundos de duas formas de exploração, a silvo-pastoril em comum e a agrícola, familiar e por conta própria, que dependeu, desde tempos desconhecidos, a sobrevivência das famílias, na base de um sistema agro-silvo-pastoril, que, em pleno séc. XXI, apenas, os mais idosos são capazes de se pronunciarem sobre a importância efectiva, na vida da aldeia, de uma forma tão *sui generis* de exploração, a agro-silvo-pastoril.

A intensidade da emoção, expressa nos rostos, com mais de setenta primaveras, que nos falaram *desse tempos*, permitiu-nos esboçar uma “Peneda alta e de Verão”, matizada pelos tons dos pastos e dos gados, esporadicamente, pelas parcelas de centeio, batata e fenos, mas, muito animada pela rede intensa de movimentos, dos quais, evidenciamos os da *barrosã* e da *cachena* que, com passos pachorrentos, mas, livres, mostravam conhecer todos os recônditos, quando percorriam, de um modo despreocupado e indiferente aos perigos, as longas distâncias, em busca dos melhores pastos, que, embora bem afastados, proliferavam numa *serra* tão imponente.

Assim, debruçando-nos no exemplo do Soajo, o gado da “vila”<sup>23</sup>, ou melhor, as vacas “singelas”, isto é, as que não estavam para ser mães, ou, então, que não se encontravam a amamentar, iniciavam a “temporada” dos pastos em altitude, logo, no mês de Maio, a passar por Entre Outeiros em direcção às chãs da Cabeça e da Cova, juntamente, com o gado de Vilarinho das Quartas que se dirigia para a Urzeira, sítio a cerca de 500 metros, enquanto, por exemplo, o das aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea se reuniam em Seida, todas entregues a si, à espera das futuras mães, que chegavam mais tarde, em data próxima do S. João, já, acompanhadas pelas crias, de muita tenra idade, a exigir uma assistência cuidada e a justificar a presença, imprescindível, do pastor (Fig. 1)

Normalmente, cada pastor, por sinal, quase sempre, o proprietário<sup>24</sup> preocupava-se não só em proteger as crias de tenra idade, mas, principalmente, em dar uma particular atenção, pela importância que lhe era atribuída, à aprendizagem dos jovens vitelos, como, por exemplo, na orientação na *serra*, na procura das áreas com os melhores pastos, na busca das fontes, bem dispersas, que brotam água límpida e cristalina, elemento imprescindível nos dias bem quentes de Verão, além de os habituar a não se afastarem da manada e a reunirem-se após um dia de pasto na melhor lande encontrada, para a passagem da noite, que se aproximava. Cada pastor *apartava*<sup>25</sup> as crias e preocupava-se na engorda dos vitelos, pois a feira anual, em S. Bento do Cando, aproximava-se, a ritmo veloz<sup>26</sup>.

---

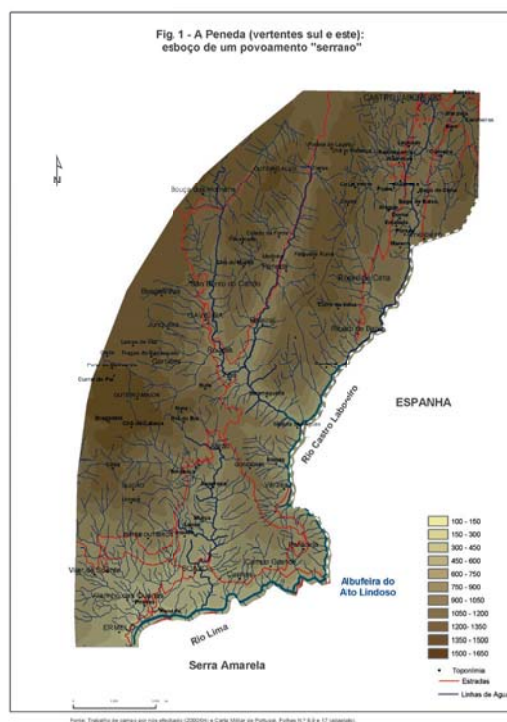
<sup>23</sup>Nome que a população atribui à povoação principal, a vila do Soajo, que foi sede do concelho do Soajo de 1514 a 1852.

<sup>24</sup>À excepção da “vila” do Soajo, pois, nesta, era normal e frequente, que o pastor fosse um assalariado, especificamente, contratado para cuidar e “preparar” as jovens crias, nas outras aldeias, como a Várzea, Paradela ou Adrão, eram, por princípio, os respectivos proprietários, que tomavam a seu cargo estas tarefas.

<sup>25</sup>Designação popular do desmame, isto é, a cria, gradualmente, deixa o leite materno, à medida que aprende os primeiros sabores do pasto, de início, finas e tenras gramíneas, para, depois, se familiarizar com todo o tipo de espécies vegetais e aprende a orientar-se e a sobreviver na *serra*.

<sup>26</sup>Esta feira anual de gado, a 10 de Julho, insere-se nas festas de S. Bento do Cando, que se realizam a 10 e 11 de Julho.

## Lapas da Peneda



Esta feira não tinha, apenas, impacte na economia das populações, mas, correspondia a um dos marcos nos usos deste regime pastoril. Assim, a venda de todas as crias, além de ser um sinal de bons negócios, para o criador, significava, que podia regressar à aldeia e deixar no pasto os seus bovinos, todos bem habituados a estas paisagens, limitando-se a subir, de quando em vez, para um mero controle da manada. Caso lhe restasse vitelos, recentemente nascidos, permanecia mais umas semanas na *serra*, sensivelmente, as que medeiam o S. João das festas da Peneda<sup>27</sup>, tempo suficiente para *ensinar* bem os jovens animais a conduzirem-se pelas deslumbrantes paisagens, pois, caso o não fizesse, eram obrigados, no ano seguinte, a *subirem* um a dois meses mais cedo, isto é, em princípios de Maio, a fim de procederem à aprendizagem, voluntariamente adiada, dos animais que, entretanto, o tinham acompanhado na *descida* ao lugar.

Se a partir das festas no Cando a presença do pastor rareava, existia sempre alguém junto dos seus animais, nomeadamente, as pessoas *mais antigas* que, voluntariamente, davam uma “olhadela” pelo dos vizinhos que, embora, não fossem sua pertença, eram capazes de, tão bem, identificar. Além disso, aquele que, esporadicamente, subia para confirmar os seus exemplares, espontaneamente, trazia informações sobre o estado da manada da aldeia.

Assim, qualquer que fosse o espaço de tempo, que o pastor permanecesse na *serra*, esta estava, neste período do ano, constantemente, a ser calcorreada e conectada ao lugar, mesmo, pelas mulheres que, por princípio, de três em três dias, faziam a subida, porque era necessário levar alimentos frescos para o pastor cozinhar.

<sup>27</sup> As crias, por princípio, estavam *apartadas* até finais de Agosto, quando muito, na primeira semana de Setembro, a semana das festas da Senhora das Neves, que se iniciam a 8 de Setembro.

Recordemos os casos dos *poulos* da Cova e da Chã da Cabeça que, a partir da década de quarenta do séc. XX, pela proximidade às áreas de plantações florestais, os criadores se viram na necessidade a uma vigilância permanente dos gados, pois as multas eram pesadas, caso os animais avançassem nas vedações e devorassem as jovens e delicadas plantas em crescimento.

Imbuídos numa cultura multissecular de *entreaajuda*, de imediato a comunidade se organizou na *vezeira*, permanecendo, junto dos animais, sempre, dois pastores, cedidos *à vez* pelos respectivos agregados familiares<sup>28</sup>, que se mantinham por um período, normalmente, de três dias, podendo atingir os seis<sup>29</sup>.

Neste esquema de pastoreio distinguiu-se, mas, desde *tempos imemoriais*, a comunidade da “vila” que, de 1 de Julho a 8 de Setembro, deslocava o *gado*, apenas, o adulto e bem habituado à *serra*, para as pastagens bem mais longínquas<sup>30</sup>, nos *montes* sitos nas cabeceiras entre as linhas de água do Peneda e do Laboreiro, muito próximas às pastagens das aldeias dos Ribeiros, de Cima e de Baixo (Castro Laboreiro), Baleiral e Peneda (Gavieira), a Chã da Matança e Felgueira Ruiva<sup>31</sup>.

Deslocação sazonal, que imprimia um certo impacto, pela importância do movimento, em Tibo e no Baleiral, povoações atravessadas pelo *gado*<sup>32</sup> e pastores, além das mulheres carregadas com os açafates dos alimentos<sup>33</sup> e utensílios de cozinha, a avaliar pelas descrições, que, espontaneamente, as populações nos fizeram nos Verões de 2002 e 2003.

Mas, não seria, apenas, nestas duas aldeias que, espontaneamente nos referiram o impacto causado pelo *direito* do gado da “vila” do Soajo, a estas pastagens, pois não esquecemos, que tomamos dele conhecimento, pelos residentes de Castro Laboreiro, precisamente, em Ribeiro de Baixo, com uma descrição bem pormenorizada, evidenciando a “casa nova”<sup>34</sup>, porque os gados castrejos *andavam* nas pastagens contíguas e, por tal, viam diminuídas as respectivas áreas de lande.

Na Chã da Matança e em Felgueira Ruiva praticava-se, rigorosamente, a *vezeira* com o agregado familiar com mais de um exemplar a participar, na *roda*, com o mesmo número de *dias*, independentemente do efectivo que possuísse, enquanto o dono de uma única cabeça, fazia-o em alternância de *rodas*.

---

<sup>28</sup> Como já o afirmámos, era frequente, na “vila” os pastores serem jornaleiros pagos pelo agregado familiar o que incluía, também, a participação na *roda*.

<sup>29</sup> As famílias com uma cabeça de gado entravam, alternadamente, na *roda*, enquanto as detentoras de um número superior, participavam, sempre, com os mesmos *dias*, independentemente, do efectivo que detivessem.

<sup>30</sup> A trajectória destas deslocações não era, assim, de forma tão linear, pois, muitas das vezes, o *gado* antes de se deslocar para as pastagens mais afastadas, *descia* para *aproveitar* pasto, que despontava, ora, na beira dos caminhos, ora nas bouças povoadas de carvalhos.

<sup>31</sup> Apesar dos *montes* da aldeia de Adrão serem distintos, o gado tinha *direito a pastorear*, no mesmo período, em áreas muito próximas, nomeadamente, em Curro da Velha.

<sup>32</sup> Por curiosidade, lembramos um comentário de uma residente no Baleiral, que, em Agosto de 2003, nos confidenciava, que se apercebia da proximidade das festas de S. Bento do Cando, pela passagem de vacas, que isoladas, ou, em pequenos grupos, por iniciativa própria, tinham deixado a Cova e Chã da Cabeça e buscavam pastos mais férteis e contíguos aos *montes* do seu lugar.

<sup>33</sup> Dieta para oito dias: batatas, um saco com farinha de milho, toucinho e um pouco de bacalhau.

<sup>34</sup> Independentemente da necessidade de um tecto para abrigo dos pastores, os soajeiros da “vila” construíram, nos anos sessenta e na Chã da Matança, uma casa em tijolo e com cobertura de telha, hoje em ruínas, para melhor “marcarem”, no período em causa, o direito de usufruto da lande, numa tentativa de solução das velhas questões com os criadores das aldeias vizinhas, que advogavam uma “certa ilegitimidade no direito adquirido”.

O *gado* era sempre acompanhado por dois pastores, que permaneciam um período, por princípio, de uma a duas semanas. Mas, como os pastores eram, quase sempre, contratados<sup>35</sup> pelos donos dos animais, acontecia, que poderiam permanecer um intervalo bem mais prolongado, para não dizer o período completo, limitando-se, apenas, a receber o pagamento de “patrões” diferentes.

Atendendo à duração da permanência, as mulheres levavam-lhes alimentos frescos, que, eles próprios confeccionavam, o que contribuía, para intensificar os fluxos, a que os residentes das duas aldeias da Gavieira e com muitas dezenas de primaveras, ainda, se mostraram tão sensíveis, no Verão de 2003, apesar de terem terminado em 23 de Julho de 1973.

Chegado o dia 8 de Setembro havia que reconduzir o *gado*, ou, ainda para Cova e Chã da Cabeça, ou, para a “vila” e lugares envolventes, tudo dependendo das condições climáticas, do estágio de desenvolvimento das culturas e, logicamente, da qualidade dos pastos.

Contudo, as opiniões várias e diversificadas, que conseguimos recolher, foram unânimes em referir, que nos finais de um período estival, apesar de todos os trajectos, que se poderiam, ainda efectuar na busca de outros pastos, apenas, com um pouco, para não dizer muita sorte, teriam uma certa viçosidade, pois as vertentes e chãs da *serra* estavam totalmente *comidas* e *rapadas* pelos largos milhares de caprinos e as muitas centenas de bovinos que, com o pronúncio do Inverno, *desciam* aos respectivos lugares, para, assim, se iniciar um outro ciclo, com muitos e longos dias passados na corte e as refeições a serem magras e esparsas, embora, existisse o lameiro, a palha e o feno secos.

Evidenciamos o facto inquestionável da densidade elevada dos caprinos, ovinos (em menor número) e bovinos, na extensa e grandiosa serra da Peneda, cujas vertentes sul e este eram, predominantemente, povoadas pelos animais das freguesias de Ermelo, Soajo, Gavieira e Castro Laboreiro, tornando-se, por isso, imperioso, que “nesses tempos”, isto é, até à década de quarenta/cinquenta do séc. XX, descobrir os lugares mais recônditos da *serra*, em busca de novos espaços de lande, tendo-se, para isso, de enfrentar fortes amplitudes térmicas diurnas, as temperaturas elevadas do meio dia e as demasiadamente baixas nocturnas, além das esporádicas, mas fortes trovoadas *serranas*, o que obrigava o pastor, por uma questão de protecção, a recorrer à sua capacidade imaginativa, utilizando os recursos locais, os blocos de granito, das mais variadas dimensões, uns, com formas curiosas, que, por si mesmo, serviam de protecção e abrigo, as *lapas*, outros, fragmentos de rocha empilhados com formas variadas, os *cortelbos*, que se distribuíam segundo uma rede densa e desorganizada, mas, ainda hoje testemunhos de uma vida difícil, que conseguiu sobreviver pelos recursos, apesar de mínguos, que a *serra* fornecia.

## 2. Em torno das *lapas* - curiosidades de um povoamento

Como marcas de um sistema agro-pastoril, que vigorou até há umas quatro a cinco décadas, encontramos na paisagem, a altitudes superiores a 1000 metros, os *poulos*, designação local das áreas correspondentes aos cimos aplanados e “abrigados” da *serra*, sempre com uma surgência de água límpida e cristalina, que brota de um manto, sensivelmente, contínuo de lande, que se desenvolve sobre uma fina película de água, a que qualquer admirador da *serra* não pode ficar indiferente, pois, o simples caminhar é suficiente para que os pés fiquem humedecidos, mesmo que se esteja em finais de um mês de Agosto.

---

<sup>35</sup>O pagamento era feito na base de um dia e cabeça de animal.



Os *poulos* (Fig. I em Anexo), chãs com pasto mais fino, por princípio de gramíneas, são povoados com construções *sui generis*, os *cortelbos* e as *bezerreiras*, que tinham como funções abrigarem nas noites, sempre muito frescas de Verão, respectivamente, os pastores, que faziam a *vigia*<sup>36</sup> do gado e os respectivos vitelos. Aqueles, os *cortelbos*, são construções muito elementares, assentes nos rochedos vigorosos, de paredes, normalmente, circulares, constituídas por lajes e blocos simples de granito sobrepostos. A cobertura, quase sempre de forma cónica, é constituída por fragmentos de granito, também, sobrepostos e, em casos esporádicos, por uma “argamassa” de torrões, que com eles alternavam, enquanto o chão, forrado de carquejas e “queirogas”, servia de leito para descanso do pastor. Com largura e altura exíguas<sup>37</sup>, os *cortelbos* podiam apresentar uma única divisão ou três compartimentos. Neste caso, o principal funcionava como “quarto de dormir” e, em posição contígua, de cada lado, a cozinha e a cobertura para resguardo da lenha utilizada, quer no amanho das refeições, quer nas fogueiras feitas na própria “divisão de dormir”, como defesa das cobras e das temperaturas baixas, que se fazem sentir, mesmo, nas noites de Verão.

De cada um dos lados do *cortelbo* emana um muro em pedra, relativamente baixo, que contorna e fecha uma pequena área, a *bezerreira*, destinada à recolha dos vitelos ou bezerros, que sendo os animais mais frágeis, tornava-se necessário proteger das feras, por princípio, o lobo. A mãe, a *vaca parida*, não se afastava da cria, mas, deitava-se, do lado de fora, o mais próximo possível da *bezerreira*, o recinto mais seguro, pois situava-se contígua aos *cortelbos*, onde pernoitavam os pastores. Mais afastado, distribuía-se pelo *poulo* as restantes cabeças de gado, de modo irregular e sem qualquer vedação, mas, suficientemente próximo, para assim, se resguardar dos animais bravos.

A *bezerreira* desempenhava outras funções, como, por exemplo, abrigar a cabeça de gado doente e, como tal, a exigir cuidados especiais ao pastor, ou, então, o local de ordenha, quando se entendia mugir a vaca, que se encontrava a amamentar, para se confeccionar o *caldo de leite*<sup>38</sup>, ou então, as *papas de leite*<sup>39</sup>.

Os *cortelbos* e as *bezerreiras*, propriedade privada, passam, por herança, de geração em geração, e estão, devidamente, declarados na Secção de Finanças do Concelho e sobre os quais, os respectivos proprietários pagavam tributos, a “sisa”, até meados da década de setenta do século XX.

À “vila” do Soajo pertencem os *poulos* das chãs que lhe dão o nome, os da Cova e Chã da Cabeça e mais distante, na cabeceira divisória das bacias dos rios Peneda e Laboreiro, os de Felgueira Ruiva e da Chã da Matança.

As distâncias que separam Felgueira Ruiva e Chã da Matança da “vila”, permitem-nos admitir, que estes *poulos* são mais uma referência a confirmar a superintendência desta *serra* pelos moradores do Soajo, quando detinham o privilégio real de montaria, manifestada, também, em nosso entender, através de outros casos, que, ainda, estão bem patentes na paisagem, embora em degradação e decadência, como é o *poulo* de Seida, que pertence aos moradores de Cunhas, Paradela e Várzea<sup>40</sup>.

<sup>36</sup> Expressão local da guarda do gado e da *rês*.

<sup>37</sup> A altura varia conforme as unidades. Assim, se em alguns *cortelbos*, na parte central, uma pessoa pode manter-se em pé, outros existem, em que manter essa posição é, quase de todo, impossível.

<sup>38</sup> Num pote ou panela fervia-se água, leite e farinha.

<sup>39</sup> Num pote ou panela fervia-se leite e água, a que se adicionava boroa.

<sup>40</sup> A título de curiosidade, conseguimos contar no *poulo* de Seida, em Agosto de 2003, como propriedade dos moradores da Várzea trinta e nove *cortelbos* e vinte e dois *bezerreiras*. Não há uma ligação directa entre o quantitativo dos *cortelbos* e o das *bezerreiras*, pois cada família poderia ser proprietária de um efectivo de *bezerreiras* diferente daquele que possuía em relação aos *cortelbos*. Além disso, uma →

Se, actualmente o maciço da Peneda, ainda apresenta, com uma certa evidência, este tipo de construções, embora degradadas, porque foram votadas, inexoravelmente, às variações meteorológicas, para a freguesia da Gavieira, elas não eram significativas, pois as crias desenvolviam-se nos lugares a maior altitude, relativamente, aos núcleos principais<sup>41</sup>, com residências, por princípio, modestas, cuja função principal era acolher parte do agregado familiar, na época estival, de acordo com as fases do ciclo vegetativo das culturas, que neles se praticavam, o centeio e a batata, partindo para as pastagens “altas”, apenas o gado adulto, logo, capaz de se orientar na busca da fonte, do alimento e de resistir aos dias cálidos e às noites bem frescas, sem necessidade da presença diária do pastor.

Contudo, a Gavieira apresenta as *suas particularidades*, que entendemos serem curiosas, como, por exemplo, em virtude de uma instituição costumeira, poder fruir, na época invernal, sensivelmente, entre Setembro/Outubro a Abril/Maio, das pastagens desenvolvidas na secção montante do vale do Ramiscal, no fundo do vale, ou melhor, desde as cotas mais baixas até à altitude limiar do aparecimento do manto de neve<sup>42</sup> em pastagens *pertencentes* aos habitantes das freguesias limítrofes de Carracolva e Cabreiro.

Assim, nas pastagens do Porto Cavado o gado permanecia durante um mês, ou seja, *do S. Miguel ao Santos*, enquanto nas do Lapigo do Tojal, mais a montante, o gado pastoreava desde finais de Setembro a princípios de Maio<sup>43</sup>.

Apesar de ser Inverno o homem de Rouças sentia a necessidade de, quando em vez, *ir ver o seu gado*, pois os perigos eram muitos, como a permanente ameaça da fera, o lobo, pelo que, em virtude da distância e de uma vigilância mais cuidada, ter de pernoitar nesses *sítios*, numa *cabana*, em Porto Cavado e numa *lapa* grande, ou melhor, num *lapigo*<sup>44</sup>, por se tratar de uma *cabana* escavada no subsolo, no Lapigo do Tojal<sup>45</sup>, além de vários *cortelhos* disseminados nas áreas de pastagens<sup>46</sup>.

Já os animais de pastoreio de Tibo, em pleno Inverno, ou melhor, nos meses de Dezembro/Janeiro, deixavam o lugar para usufruírem as pastagens da secção terminal do “rio” da Peneda, na margem esquerda, vertente soalheira, por estar bem exposta a sul<sup>47</sup>, precisamente na Saramagueira.

---

única *bezerreira* poderia abrigar todos os vitelos de um lugar. Também as dimensões não só dos *cortelhos* como das *bezerreiras*, podiam atingir valores dos mais variados. Assim, por exemplo, no *poulo* de Seida, ainda lá está a *cabana* do povo, onde podiam pernoitar umas vinte pessoas, os outros *cortelhos* particulares, com as mais variadas dimensões. Neste *poulo*, a área destinada aos animais adultos era, relativamente, extensa e distanciava-se uns 100 metros em relação aos *cortelhos* e *bezerreiras*

<sup>41</sup>- Lugar de Rouças: *Verandas* da Junqueira (1000 a 1050 metros de altitude) e Gorbelas (950 a 1000 metros de altitude); lugar da Igreja: *Verandas* de S. Bento do Cando (altitude 900 a 950 metros) e Buzgalinhas (1050 a 1100 metros); lugares da Peneda e Baleiral: *Veranda* da Bouça dos Homens (1000 a 1050 metros); o lugar de Tibo tem a *Veranda* de Rufe (950 a 1000 metros), mas encontra-se “abandonada” há uns sessenta a setenta anos. Contudo, em Rufe, as famílias delimitaram as parcelas e respectivos casebres, que lhes servia de abrigo e têm-nos registado na Secção de Finanças do respectivo concelho, o dos Arcos de Valdevez, pois são propriedade privada como, de modo espontâneo, me informaram em Agosto de 2003.

<sup>42</sup> - Dizia-nos um habitante de Rouças no Verão de 2003, para nos explicar até que altitude se desenvolvia o pasto: *a neve é que tirava o ponto*.

<sup>43</sup> - *Sítios* que não se enquadram na área por nós estudada, em virtude de se implementarem na bacia do rio Vez.

No séc. XXI e na Saramagueira<sup>48</sup>, ainda permanecem os cortelhos e *lapas*, onde pernoitavam os animais, graúdo e miúdo, nomeadamente, uma *lapa* grande, para abrigo nocturno das cabras, daí se designar a *lapa* das Cabras.

As *lapas* (fig. II em Anexo), formas constituídas por blocos imponentes de granito de grande dimensão e cuja disposição entre si dão forma a um abrigo natural, podem apresentar a “marca” do homem, quando este resolve “fechá-la” através de um muro, que encerra com uma porta cuidadosamente construída em madeira, para assim, ter uma corte para resguardo do vitelo ou da barrosã.

Estes abrigos, aproveitando as condições naturais, podiam, também, ser escavados no subsolo, cuja abertura é fechada por uma porta em madeira, as *barracas* no Soajo, os *lapigos* na Gavieira.

Não restam dúvidas que *lapigos*, *lapas* e outras formas curiosas, que as mentes mais criativas conseguem “delinear” nos grandes blocos de granito dispostos, embora, de modo casual, como, por exemplo, a forma de determinados tipos de animais<sup>49</sup>, distribuem-se, com uma certa densidade, por toda a Peneda e sempre foram utilizados como protecção, não só dos rigores climáticos, enquanto se guardava o gado, mas em situações de perseguição, como as vividas pelos galegos no período da Guerra Civil de 1933/36, ou, então, nas décadas de cinquenta/sessenta, quando o emigrante luso partia clandestino e esperava “luz verde”, por parte do “passador”, para atravessar a fronteira.

Em suma, independentemente das funções prestadas, são elementos integrantes de um povoamento, cuja complexidade se torna, desde logo, evidente numa Peneda cujas condições biogeográficas condicionaram as atitudes e comportamentos das diferentes comunidades que, embora isoladas, tiveram em comum, as deslocações pendulares, diárias e sazonais, através das extensas áreas montanhosas, que se materializaram numa paisagem agrária, que tem como núcleo principal o lugar/aldeia em interacção com outras formas de ocupação do solo, construída, cultivada ou pastoreada, a níveis de altitude distintos e decisivas nas peculiaridades, que caracterizam este *habitat*, que é agrupado.

---

<sup>44</sup> - Como o direito do usufruto desta pastagem incidia em pleno Inverno, as noites tornavam-se “mais suaves”, quando a cabana era escavada no subsolo.

<sup>45</sup> - Não conseguimos “visitar” estes *sítios*, em virtude das más condições dos acessos motivadas pela exuberância da vegetação espontânea que, actualmente não é consumida pelo *gado*, mas, quando nos encontrávamos em Seida, depois de atravessarmos as poldras da *corga* das Forcadas, em Porto Besicande, a caminho de Outeiro Maior, isto é, na área divisória das bacias do Labreiro e do Vez, deparou-se-nos a bacia de recepção do Vez, tendo o nosso acompanhante indicado a direcção destes *sítios*, assim como, por exemplo, a mata protegida do Ramiscal.

<sup>46</sup> - O acesso ao Lapigo do Tojal era feito por um caminho, que era fechado, após a *descida* do gado, para ser franqueado, quando o período do direito de pastagem terminasse, isto é, em Abril, afim dos moradores de Cabreiro procederem à sementeira do milho.

<sup>47</sup> - A revelar as condições excepcionais de clima, em virtude do encaixe do vale e da boa exposição, a sul, da vertente esquerda, é a mancha de sobreiros, que a povoam, uma fonte importante de rendimento, devido à extracção multissecular da cortiça, por sinal de óptima qualidade.

<sup>48</sup> - Hoje torna-se impossível o acesso a estas pastagens, indo por Tibo, em virtude da ponte de acesso à margem esquerda do “rio” Peneda ter sido destruída pelas intempéries, de há uns anos.

<sup>49</sup> - A população da Gavieira justifica o nome da Portela do Lagarto pela forma, que um penedo de grandes dimensões sugere, a de um lagarto, quando observado a determinada distância e posição.

### Considerações finais

Se os povoados, entendidos como lugares habitados durante todo o ano, se distribuem no maço da Peneda e em valores médios, até às altitudes dos 600 metros, acima destas cotas organizou-se um sistema de aproveitamento dos recursos, que culminou com o pastoreio de “Verão em altitude”.

Assim, os altos cimos sempre interagiram com toda a Peneda, através da oferta de bens, como a lande de altitude, cuja utilização “obrigou” os residentes a estabelecerem esquemas de *entreaajuda*, de modo a rentabilizarem os respectivos esforços, a par de todas as “obras” implementadas, que, embora elementares, atingiram a expressão máxima nos *poulos*, *lapas* e *cortelbos* dispersos.

Elementos de uma paisagem cujas funções, até há umas cinco décadas, foram basilares na silvo-pastorícia, actualmente, encontram-se “abandonados” e à mercê do desgaste inexorável das condições meteorológicas, não se antevendo, para um futuro próximo, preocupações não só na conservação, mas, essencialmente, numa reutilização integrada no ordenamento da *serra*.

*Serra* que, parte, é elemento integrante do Parque Nacional da Peneda-Gerês, fornece bons pastos, paisagens acidentadas, mas majestosas, água límpida e cristalina, ar puro, além do ambiente calmo, das plantas aromáticas e medicinais.

Ora, se a população que a percorre é maioritariamente envelhecida, tem a seu favor o saber adquirido, quando trabalhou no estrangeiro, principalmente, na França, Estados Unidos e Canadá, a par dos hábitos enraizados, ao longo das gerações, traduzidos na utilização de *bens comuns*, os montes e as mães de água, na *entreaajuda* presente na realização das tarefas mais penosas e nos *trabalhos em comum*, a conservação do *património do povo*, dos caminhos, muros e condutas das levadas, hábitos multisseculares e que favorecem a organização de grupos, sociedades ou cooperativas.

Gentes, que devidamente informadas e acarinhadas, podem ser actores em projectos, cuja sustentabilidade terá que se basear numa pecuária em pastagem livre, numa agricultura de produtos endógenos, na construção, junto do potencial mercado de consumidores, de uma marca de qualidade dos seus produtos, num turismo que pretenda a usufruição das condições naturais.

Assim, num projecto de reordenamento, que vise a sustentabilidade do maço da Peneda, os altos cimos terão um futuro promissor, se não forem esquecidas as redes multisseculares de fluxos, justificadas pela revitalização das pastagens “altas” e de todo o efectivo pecuário, pela atracção de uma população urbana em demanda de paisagens e espaços únicos e de outras actividades, como a participação na pastorícia e nas longas caminhadas estruturadas pelos parques e acampamentos, velhos *poulos*, que, apesar de tudo, não perdem as funções silvo-pastoril e “habitacional”.

### Referências bibliográficas

COUDE-GAUSSSEN, Geneviève (1981), *Les Serras da Peneda et do Gerês*, Étude Géomorphologique, C.E.G., Lisboa, 226 p..

GOUDE-GAUSSSEN, Geneviève, 1988, «Un faciès méridional au sein des «moyennes montagnes atlantiques»: les serras orientales du Minho» in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2º Vol., C.E.G., Lisboa, 226 p..

DIAS, Jorge (1950), «Abrigos pastoris na Serra do Soajo», Extracto do Vol. XII, fasc. 3-4 dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 5 p..

MATTOSO, José (1987), “A caça no Soajo” in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 205-211.

PINTOR, Pe M. A. Bernardo, “O Reencontro do Vez. Onde foi?”, Revista *Independência*, Separata N<sup>os</sup> 17 e 18, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 41p..

POLONAH, Luís (1990), “Espírito de Comunitarismo” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n<sup>o</sup> 30, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, p p. 63-82.

SAMPAIO, Alberto (1923), *As Vilas do Norte de Portugal, Estudos Históricos e Económicos – I*, Col. Documenta Historica, Porto, 197 p. .

VELOZO, Francisco José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.<sup>a</sup> Ltd.<sup>a</sup>, Braga, 32 p..

#### Documentos impressos

“Chancelaria D. Afonso V, Livro 36, fl. 90” in Andrade, Amélia Aguiar; Krus, Luís (2001), *Valdevez Medieval, Documentos, II. 1300-1479*, n<sup>o</sup> 153, Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, p. 210.

COSTA, A. Carvalho da Costa (1868), *Corografia Portuguesa, Tomo I*, 2<sup>a</sup> ed., Braga, pp. 229-230; 1<sup>a</sup> edição, 1706.

“Foral da Terra do Soajo” in Dias, Luís Fernando de Carvalho (1969), *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, Conforme Exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, p.138.

FREIRE, A. Braancamp (1905), “Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século.” in *Arquivo Historico Portuguez, Vol. III*, n<sup>os</sup> 7 e 8, , Lisboa, pp. 245-246.

*Lapas da Peneda*

Fig. I – O poulo de Seida em Agosto/2003 (aspecto parcial). Exemplos de bezerreiras e cortelhos.



Fig. II – Lapas na Peneda (Gavieira); Barraca em Cunhas (Soajo) - Junho/2004.

